

## **Caminhos e desafios da patrimonialização da cafeicultura na Colômbia<sup>1</sup>**

*Pathways and challenges in colombian coffee's patrimonialization*

*Caminos y desafíos de la patrimonialización de la caficultura en Colombia*

**Entrevistadora:** Larissa Cristina da Silva-Dias

Mestranda na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), sob orientação do Prof. Dra. Flávia Brito do Nascimento, e estagiária no Instituto de Estudos Urbanos da Universidade Nacional da Colômbia (IEU UNAL), sob a orientação do Prof. Dra. Ana Montoya Pino, com bolsa FAPESP (processos n. 2021/01105-7 e n. 2022/03593-1). Sua linha de pesquisa é a história da arquitetura e do urbanismo, especialmente em questões de patrimônio cultural. Atualmente pesquisa os processos de patrimonialização da cafeicultura em São Paulo e na Colômbia.

**Entrevistado:** Óscar Arango Gaviria

Sociólogo, especialista em Projetos de Desenvolvimento e professor titular da Universidad Tecnológica de Pereira (UTP). Como docente da instituição, participou do processo de elaboração da declaração da Paisagem Cultural Cafeeira Colombiana (PCCC). Realizou diversos trabalhos que tratam da questão da cafeicultura em paralelo com a institucionalidade e a gestão dos bens culturais. Atualmente é Coordenador de Projetos Regionais do Sistema Universitário da Região Cafeeira (SUEJE), integra o grupo de trabalho do Observatório de Sustentabilidade do Patrimônio em Paisagens (OPP) e faz parte da equipe responsável pela elaboração e distribuição das cartilhas “El Paisaje Cultural Cafetero”.

---

<sup>1</sup> Entrevista traduzida para o português por Luiza Oliveira Pacheco. E-mail: luiza.pacheco@ufv.br.

**Motivação e contexto**

Ao longo do desenvolvimento da pesquisa sobre a patrimonialização da cafeicultura na Colômbia<sup>2</sup>, foi possível identificar alguns agentes envolvidos nesse processo que levaram a paisagem cultural do café na Colômbia à declaração como patrimônio mundial pela UNESCO.

Reconhecer as pessoas e instituições que atuaram como membros e promotores desta ação tem sido uma ferramenta para esclarecer lacunas que a ausência de documentação sobre o tema não tem conseguido explicar. Em entrevista concedida pelo sociólogo Óscar Arango Gaviria, um dos agentes envolvidos neste processo, foi possível discutir o tema da cafeicultura na Colômbia, a participação das universidades no exercício dessa patrimonialização e os desafios enfrentados em sua valorização e preservação.

Professor da Universidade Tecnológica de Pereira (UTP) desde a década de 1980, Arango tem se dedicado ao estudo do planejamento territorial em paralelo com as dinâmicas sociais, econômicas e políticas que ocorrem na região central da Colômbia, denominada Região Cafeeira. Entre sua produção acadêmica sobre a questão cafeeira, destacam-se as publicações “Dilemas de la paz territorial en los tiempos del postacuerdo: Experiencias territoriales en la región del Eje

---

<sup>2</sup> Denominada “A patrimonialização dos bens do café: análise comparativa entre os casos de São Paulo e Colômbia”, a pesquisa é realizada no Instituto de Estudios Urbanos da Universidade Nacional de Colombia (IEU UNAL) com orientação das professoras Dra. Ana Patrícia Montoya Pino (IEU UNAL) e Dra. Flávia Brito do Nascimento (FAUUSP), conta com auxílio FAPESP (n.2022/03593-1), e está vinculada à investigação de mestrado “Narrativas em torno da patrimonialização das fazendas de café paulistas: matérias e encenações no processo de construção da memória”, orientada pela profa. Dra. Flávia Brito do Nascimento (FAUUSP) e também conta com auxílio FAPESP n. 2021/01105-7.

Cafetero” (2022), “Línea de base de la ecorregión Eje Cafetero” (2015). , “Ciudad región eje cafetero hacia un desarrollo urbano sostenible” (2003) e “Café, medio ambiente y desarrollo social” (1998). Além disso, como coordenador do Sistema de Universidades da Região Cafeeira (SUEJE), Arango tem sido um dos principais responsáveis pelo desenvolvimento e distribuição de todas as onze edições da cartilha “El Paisaje Cultural Cafetero de Colombia” que apresenta, de forma simples e acessível, informação sobre a avaliação, a declaração e as ações de preservação desta paisagem cultural.

**Larissa Silva-Dias [LD]:** Você poderia descrever, em linhas gerais, qual é a sua relação com a questão da cafeicultura?

**Oscar Arango [OA]:** A minha relação é acadêmica, puramente acadêmica. Tenho contato com o assunto há muitos anos. Sou sociólogo, assim, busco pensar mais na população que produz café e em suas famílias, suas tendências demográficas e sociais, as novas formas como a cafeicultura vem reformando e reconstituindo o território. Tenho me interessado muito pelas questões institucionais e políticas da gestão da cafeicultura, porque a Colômbia tem uma forma particular de organização sindical, por meio da Federação Nacional dos Cafeicultores. Por isso, há muitos anos me interesse pelo tema do ponto de vista acadêmico, movido também pela ideia de contribuir para o fortalecimento das capacidades das comunidades cafeeiras.

Quando começamos a pensar na questão da Paisagem Cultural do Café, estou falando de muitos anos atrás também, mais ou menos entre 2005 e 2006, bem, isso era realmente uma novidade. E aqui na universidade era muito estranho e exótico a gente tratar desse assunto, já que ninguém entendia do que se tratava. Porque, verdade seja dita, o exercício de propor à UNESCO a declaração da Paisagem Cultural do Café como Patrimônio da Humanidade naquela época era



um disparate. As pessoas diziam: “Mas o que é isso?”, “Como é que isso realmente vai se resolver?”... Bom, por diversas vias, minha relação é acadêmica e tenho contatos estreitos com todas as expressões da cafeicultura do ponto de vista social. Tenho muito interesse em promover cenários de participação e construção de redes de trabalho com jovens produtores de cafés especiais da Paisagem Cultural do Café. Já realizamos quatro grandes encontros regionais com jovens e também estimulamos e fomentamos o fortalecimento de mulheres produtoras de cafés especiais em 51 municípios pertencentes a essa região.

Daqui a um mês, inclusive, vamos realizar o quarto encontro dessas mulheres produtoras de cafés especiais no município de Chinchiná. Chinchiná é um município sui generis, é um dos municípios com maior volume de produção de café na Colômbia. Mas, além disso, do ponto de vista institucional, conta com a presença de uma instituição chamada Cenicafé e outra instituição, a Federação Nacional dos Cafeicultores, denominada Fundação Colombiana do Café, criada há muitos anos para acompanhar e realizar processos acadêmicos e de formação técnica, especialmente para jovens e filhos de cafeicultores. Chinchiná está na centralidade da Paisagem Cultural Cafeeira e é um município muito importante.

**LD:** Você esteve envolvido no desenvolvimento do projeto da Paisagem Cultural do Café desde o início. Você poderia falar um pouco sobre o seu envolvimento no projeto, por favor? Como começou e o que eles fizeram nesses primeiros anos?

**OA:** Essa é uma história que tem muitas anedotas porque, para começar, devo admitir que não tínhamos clareza sobre o que buscávamos além da ideia sonhadora de que a UNESCO nos declarasse Patrimônio da Humanidade. Em segundo lugar,

reconhecer e admitir que a configuração geográfica, a abrangência territorial que imaginávamos naquele momento, estou falando do ano de 2006 ou 2007, era muito sonhadora, muito ilusória, porque era gigantesca. Isso era absolutamente impossível de ordenar. Não era toda a cafeicultura da Colômbia, porque a Colômbia tem mais de 600 municípios, e isso seria incontrolável. Mas mesmo assim estou falando de municípios de Antioquia, que é um dos maiores distritos do país, tem mais de 100 municípios. Também estou falando do distrito de Tolima, a noroeste, e de Caldas, Quindío, Risaralda e Valle. Então, naquele momento, dissemos "O que vamos fazer?". A discussão metodológica inicial foi extremamente difícil entre todos nós. Sinceramente, devo admitir que quem fez as maiores contribuições no início deste trabalho foram os acadêmicos.

**LD:** Na academia em geral ou mais nas universidades públicas?

**OA:** Em universidades públicas. Mas é preciso admitir que houve participação de algumas universidades privadas. Por exemplo, também participaram universidades que estão aqui em Pereira, como a Universidade Católica de Pereira, a Universidade Grancolombiana da Armênia e algumas outras universidades privadas. Mas a força das contribuições veio da universidade pública. Então, eu estava dizendo a vocês que um dos grandes debates era metodológico: como coletar as informações essenciais para construir o dossiê que deveria ser enviado à UNESCO? E isso foi impressionantemente rigoroso. As exigências que a UNESCO pedia para aceitar a leitura da documentação eram rigorosas, não para aprová-la ainda, apenas para lê-la. Em seguida, surgiram algumas grandes categorias que são usadas para outros termos de paisagem. Um deles eram os valores: quais eram os valores que íamos defender perante a UNESCO? Tínhamos que rever todos os valores que a UNESCO tinha ao identificar um bem patrimonial



universal e depois selecionar aqueles em que acreditávamos, os que nos interessavam. Então selecionamos, depois de muita discussão entre nós, quatro [valores]. E então dissemos: “Bem, esses valores devem ser traduzidos ou expressos no território por meio de atributos”. Isso foi mais difícil, porque descer dessas categorias abstratas para coisas um pouco mais concretas, que precisam ser verificadas no campo, no que chamamos aqui na Colômbia de *veredas*. A menor distribuição territorial são as *veredas*.

As *veredas* para os espanhóis são outra coisa bem diferente. Mas, aos poucos, fomos acertando com todos os colegas que faziam parte da equipe. Definimos alguns valores, alguns atributos e começamos a fazer um tour territorial. Esse passeio nos permitiu repensar, reorganizar, tirar algumas coisas, colocar outras. Este trabalho acadêmico foi muito interessante, muito instrutivo, porque também descobrimos, lendo e relendo literatura de todo o mundo, experiências etc., que o que íamos propor a nível da paisagem cultural do café não tinha precedentes no mundo. Porque é uma paisagem viva! Sim, viva. E isso é muito significativo porque quando se fala em paisagem viva é preciso automaticamente diferenciar de um bem patrimonial como um museu, que às 8 da manhã abre e às 6 da tarde fecha. Embora esta seja uma paisagem viva, sujeita a tensões, conflitos, riscos e ameaças decorrentes da produção e comercialização da cafeicultura. Isso tornou tudo ainda mais difícil, muito mais complexo. Daí surge a proposta de um plano de gestão para a sustentabilidade da paisagem.

**LD:** O plano de gestão foi algo que você pensou em fazer desde o início ou a UNESCO pediu para você fazer isso?

**OA:** Não, a UNESCO solicita planos de manejo. O plano de manejo é o instrumento pelo qual o Estado colombiano garante à UNESCO que trabalhará e lutará pela sustentabilidade da paisagem. Por isso esse

instrumento é tão importante. Fizemos uma proposta de plano de manejo, que demorou muito, mas conseguimos que a Federação Nacional dos Cafeicultores, que não estava envolvida no início, passasse a participar, ao final do processo, e alguma relação tangencial e pontual com o Ministério da Cultura. Porque o Ministério, verdade seja dita, também não tinha clareza do que se tratava. Também devemos reconhecer que, em 2007, 2008 e 2009, antes de enviar para a UNESCO, tínhamos um acordo e depois quando a UNESCO o aprovou, em 2018 fizemos um balanço. Dissemos: “Muitos anos se passaram. Vamos revisar o plano de manejo e fazer os ajustes e correções necessárias”. O documento que hoje aparece como Plano de Manejo é o documento ajustado. Essa é outra lição que também deve ser aprendida: Não se luta tanto e tanto esforço para ter a Paisagem Cultural do Café tombada e deixá-la lá, acreditando que ela está garantida para toda a vida e que vai dar certo. É necessário acompanhar e revisar. Se hoje me perguntassem sobre o Plano de Manejo, “Qual é a principal dificuldade?”, eu diria que a principal dificuldade é que o Estado colombiano não adotou um instrumento jurídico, político, econômico e institucional para enfrentar a implementação do Plano de Manejo Plano de Manejo.

**LD:** A formação de um grupo de universidades da Região Cafeeira, a Rede Alma Mater, atualmente denominada SUEJE, ocorreu concomitantemente às primeiras ações do projeto Paisagem Cultural do Café, por volta do final dos anos 90 e início dos anos 2000. Gostaria de saber quando e como a Rede Alma Mater passou a fazer parte do projeto. Todas as universidades que trabalharam juntas desde o início faziam parte da Rede Alma Mater?

**OA:** Sempre. E sim, [todos faziam parte da Rede Alma Mater] exceto a Universidade Nacional da Colômbia. Tínhamos a Universidade de



Tolima, a Universidade do Quindío, a Universidade de Caldas, a Universidade Tecnológica de Pereira e estávamos vinculados como convidados à Universidade Nacional. Por questões legais, para a Universidade Nacional, que é a maior universidade do país com autonomia própria, formas de organização próprias etc., não é fácil participar de redes de trabalho como esta, organicamente, mas sim como instituição convidada. E foi isso que fizemos com eles e mais tarde com a Universidade de Tolima. Mais tarde a rede passou de Alma Mater para SUEJE, também por outras considerações, que não é o caso de mencionar aqui. SUEJE é o Sistema Universitário da Região Cafeteira, que também é uma rede de universidades públicas. Em sua agenda, em seu plano de trabalho, também incorporou-se desde o início o compromisso de contribuir para a conformação da Paisagem Cultural Cafeteira até hoje.

**LD:** Quanto à metodologia utilizada pelos distritos para analisar o território do Eje Cafetero, ela foi de fato desenvolvida pelo Governo do Distrito de Caldas? Pergunto isso porque alguns documentos apontam Caldas como um agente que fez muitas coisas sozinho e a Paisagem Cultural do Café foi um projeto conjunto de muitos agentes, na verdade foi desenvolvido pelo distrito de Caldas e replicado pelos outros distritos? Como ocorreu o desenvolvimento conjunto da aplicação dessa metodologia em um território tão grande e extenso?

**OA:** Não é fácil identificar a fonte primária que nos permitiu decidir o desenho metodológico que íamos adotar para trabalhar em benefício da paisagem. Tem havido muitos atores e a participação desses atores tem sido muito intermitente, devido às mudanças políticas ao comando das diferentes instituições: Secretaria de Cultura, Secretaria de Desenvolvimento Agrícola, os próprios governos etc. Mas é preciso reconhecer que, no início, o Governo de Caldas, por meio da Secretaria



de Cultura, foi bastante envolvido e participou ativamente, mas depois com altos e baixos. O mesmo aconteceu com todos os outros distritos. Se esse fosse o objeto da análise, pode-se dizer que a participação institucional das secretarias tem sido muito frágil.

Por exemplo, a legislação na Colômbia obriga cada distrito, cada governo, a ter seu próprio Plano de Desenvolvimento, o mesmo para os municípios. Assim, a ideia é que cada distrito e cada município, no seu Plano de Desenvolvimento, consiga incorporar o seu compromisso na implementação do Plano de Gestão da Paisagem. Mas se fosse feita uma revisão cuidadosa dos 51 planos dos municípios dos 4 distritos, seria constatado que, ao longo destes 12 a 13 anos, os planos que nominalmente incorporam o Plano de Manejo não alocam recursos para ele; aí vira uma formalidade, porque o compromisso é muito nominal, não é real. Além disso, constata-se que existem municípios e distritos que, em algumas províncias, não incorporaram o Plano de Manejo; o mesmo é verdade a nível nacional. Exatamente o mesmo, você revisa o Plano de Desenvolvimento do país, no quadriênio anterior, no Plano de Desenvolvimento do Presidente Iván Duque e descobre que ali a menção à Paisagem Cultural Cafeeira é completamente marginal. Não há compromisso real. Por isso a questão político-institucional se torna tão potente na hora de analisar e fazer um balanço do quanto avançamos na implementação do plano de manejo.

**LD:** Então poderíamos dizer que há uma intenção de atuação das universidades nessa questão, tanto na leitura do território ao longo do projeto cafeeiro quanto agora no plano de manejo?

**OA:** Sim. E isso é uma boa constatação porque, com efeito, as universidades são as instituições que têm garantido, em sua atividade anual e desde o início, o seu compromisso com a Paisagem Cultural

Cafeeira. E isso tem a ver com muitos recursos. As universidades não estão sujeitas a mudanças políticas, por exemplo; quase todas as nossas universidades incluíram o compromisso com a Paisagem Cultural do Café em seus próprios planos de desenvolvimento; e isso é uma garantia muito forte. As universidades ajudam na formação de redes de pesquisa que tratam de pensar e analisar o que acontece com a Paisagem. As universidades com suas redes dão contribuições importantes e permanentes em termos de educação para a sustentabilidade da Paisagem. São muitos os motivos pelos quais nós, das instituições acadêmicas, podemos garantir que estamos a par do que se passa com a Paisagem e, também, por um motivo que não é definitivo mas importa referir, muitos de nós que inicialmente fomos, ficarmos em pé. A continuidade é boa, mas não é suficiente. Não nos enganemos, não temos a ilusão ou a expectativa de que, porque a academia está trabalhando em prol da Paisagem Cultural Cafeeira, garantimos o cumprimento de todo o Plano de Manejo. Por um motivo muito importante: o Plano de Gestão exige um trabalho institucional completo, muitos atores e um esforço financeiro que as universidades não teriam condições de oferecer.

**LD:** Nos primeiros anos de desenvolvimento do Projeto, entre 2002 e 2003, ocorreram diversas reuniões (as mesas locais) das quais participaram diversos atores interessados na questão da Região Cafeeira como patrimônio cultural. O que você acha que chamou a atenção desses grupos? Ou seja, quais eram as intenções dos prefeitos, sindicatos, instituições etc. em relação ao projeto?

**OA:** Eu diria que a principal motivação por parte dos atores produtivos, produtores de café, suas organizações sindicais, seus comitês, suas cooperativas, foi principalmente ilusão. Associou-se a ideia de que, se conseguíssemos obter a declaração paisagística, teriam



automaticamente benefícios econômicos diretos, como quem diz que a UNESCO chegava aqui com um saco cheio de euros para distribuir aos produtores. Lutar contra essa percepção tem sido muito difícil, mas a gente traz dessa época; ou seja, naquele momento eles começaram a participar com a ilusão de que isso os beneficiaria diretamente, que a declaração foi suficiente e que automaticamente elevou seu valor agregado como produtores de café, ou que a declaração se tornaria um grande escudo protetor para evitar que as crises do café sofressem neste território e isso nada tem a ver com isso.

**LD:** Nada a ver, mas a percepção das pessoas nesse sentido é muito interessante; como a força do patrimônio, em alguns aspectos, é muito frágil.

**OA:** E a outra também é uma percepção meio ingênua, mas muito forte, os atores que faziam parte da cadeia do turismo também ficaram entusiasmados com a ideia desde o início; da mesma forma, acreditavam que bastava entregar-lhes a declaração e automaticamente toda a estrutura patrimonial, econômica etc. da Paisagem estaria ao serviço do turismo. Foi um grande esforço e o turismo nada teve a ver com as intenções iniciais. Mas, no imaginário dos atores da cadeia do turismo, era assim que funcionava e continua funcionando. Há muito turismo, mas menos do que gostaríamos; mas o grande problema é o tipo de turismo que estamos oferecendo e a real capacidade instalada que temos para que esse turismo não seja um risco predatório, tanto para os recursos naturais como para a própria sociedade e a capacidade de carga dos municípios para poder atender às demandas das grandes ondas de turismo que chegam de tempos em tempos: Páscoa, férias do meio do ano, Réveillon etc. Chegará o momento em que os municípios não terão como atender; sem hospedagem, sem restaurantes, sem estradas, sem infraestrutura

e isso se torna uma dificuldade tremenda. Além de outras expressões malévolas do turismo de exploração sexual infantil, é muito prejudicial, muito prejudicial. Então, são, desde aquele momento até hoje, coisas que começaram a ser vislumbradas e que permanecem.

**LD:** E a sociedade civil como cafeicultores, famílias, estiveram presentes em algum momento do processo?

**OA:** Menos do que gostaríamos. Alguns que são muito inquietos e diligentes como cafeicultores, sim, estavam fazendo contribuições. Nas reuniões eles davam opiniões, faziam contribuições de um tipo e de outro. Eles exigiram novas perspectivas no projeto, nos ajudaram a validar abordagens que nós, da academia, acreditávamos que poderiam ser. Mas a pessoa vai a campo e percebe que é algo totalmente diferente. Então, nessa questão da participação, do que chamamos genericamente de organizações da sociedade civil, também tivemos algumas tensões desde o início. Supunha-se ou sempre foi assim e sustenta-se que um poderoso argumento para explicar à UNESCO por que deveria nos declarar um patrimônio excepcional, único no mundo, era porque tínhamos um quadro institucional como nenhum outro país tem em relação ao café. Um fala de institucionalidade do café e outro associa isso exclusivamente à Federação Nacional dos Cafeicultores. Assim se diz: "Colômbia, instituições cafeeiras equiparadas à Federação Nacional dos Cafeicultores". É claro que se trata de uma instituição sem referência em nenhuma outra parte do mundo. Mas na vida real, no cotidiano dos municípios cafeeiros e das regiões cafeeiras, aos poucos começaram a aparecer novas expressões de organizações que não dependem diretamente da Federação. E isso também responde à dinâmica derivada das tensões econômicas e dos interesses que são geridos na política cafeeira nacional, porque na Colômbia esse modelo



que temos de gestão da política econômica cafeeira também é único no mundo. Então, para dizer uma coisa, a exportação de café tem que passar automaticamente pelo filtro da Federação.

Depois começamos a trabalhar a questão dos cafés especiais e aí a gente falou, a Paisagem Cultural do Café tem que ser uma forma de fortalecer a presença dos cafés especiais no país e no mundo. E havia muitas tensões que precisavam ser resolvidas dentro da Federação. Eles entenderam que essa rota de café especial provavelmente sairia de seu controle. Porque na mesma medida em que as organizações e associações de produtores de cafés especiais garantiam sua autonomia para tomar decisões e saber para onde exportar e como exportar, na mesma medida a Federação perdia sua capacidade de gestão, mas para nós foi muito importante ter a questão dos cafés especiais como componente fundamental no Plano de Manejo. A princípio não conseguimos. Na revisão e adequação que fizemos em 2008, já estava implícito o compromisso de que a Paisagem Cultural do Café apoiaria a presença dos cafés especiais, com tudo o que isso implica na cadeia produtiva do café. Também, desde a academia, temos feito muitos esforços, mas não conseguimos tudo o que gostaríamos; E algo como lição: hoje, depois de tantos anos, chego à conclusão de que desperdiçamos tremendamente a possibilidade de ter um relacionamento internacional melhor e mais poderoso.

**LD:** Você acredita nisso? Porque?

**OA:** Acho que sim, porque as embaixadas, por exemplo, não estão presentes aqui. Mostre-me quais são as embaixadas que temos aqui ajudando, comprometidas? Como é a relação com a UNESCO? Nenhum. A UNESCO simplesmente nos transformou de forma perversa! Como na imaginação de todos, dizemos: "Ah, a UNESCO está chegando e eles vão tirar nossa declaração de paisagem". É um medo.

O que nos inspira é o medo e, pelo contrário, deve inspirar-nos confiança para que nos ajude, a nível internacional, a reforçar a presença aqui neste território de muitos países, pelo menos nos países com os quais vendemos café . Mas essa é outra visão muito interessante que deve ser levada em conta, a das relações entre nós como Estado e a instituição internacional, neste caso a UNESCO.

**LD:** Muito interessante! A Paisagem Cultural Cafeeira é bastante inovadora devido à produção rural que ainda existe no território. O Plano de Manejo é uma abordagem de manejo muito importante que teve de ser desenvolvida para a preservação da Paisagem Cultural Cafeeira. Seu processo de formulação ocorreu ao longo do projeto? Ou seja, desde o início, sabendo que era algo que a UNESCO pedia, vocês pensaram nisso ou foi algo como olhar o território, obter a informação e depois fazer o Plano?

**OA:** Eu diria em paralelo. Na medida em que íamos avançando no trabalho de campo, na visita às aldeias, aos concelhos, à identificação do território, etc. Simultaneamente, estávamos pensando em como isso pode ser sustentado? Como o que estamos propondo à UNESCO pode se tornar sustentável? Aparece a figura do Plano de Manejo.

**LD:** E como vocês se encontravam semanalmente, mensalmente para falar sobre isso? Porque hoje é muito fácil como a gente coloca os documentos na rede, na nuvem, e tudo é compartilhado. Como você desenvolveu este Plano simultaneamente?

**OA:** Tínhamos um espírito missionário e tínhamos. Até desenvolvemos atividades além das capacidades que a própria Universidade nos oferecia. Ali deve-se reconhecer que também há mérito por parte daqueles que lá estiveram desde o início. E as reuniões e formas de trabalho tiveram que ser ajustadas com o passar dos meses e anos.



Havíamos gerado uma expectativa em cada uma de nossas universidades que não se concretizou; na mesma medida em que nenhum de nós se dedicou a tempo inteiro à preparação desta documentação, às atividades de campo que foram necessárias desenvolver, etc. Em grande parte este foi o trabalho extra-acadêmico de quem o desenvolveu. Mas ei, aí está. Conseguimos fazer essa apresentação para a Unesco, não foi fácil porque o documento nos foi devolvido três vezes.

**LD:** Ah, eram três! Achei que eram dois.

**OA:** Bem, dois e o terceiro que foi apresentado. Quase desistimos. Como dizem aqui na Colômbia: "Quase jogamos a toalha", é o que dizem os boxeadores. "Jogar a toalha" significa que já se perdeu a luta. Quem foi o responsável por isso? Aqui o povo nos esperava para realizar a iniciativa. Quando chegaram as primeiras notícias de que muitos ajustes teriam que ser feitos, choveram críticas: "Não se comprometa mais", "Não fique nessa linha de trabalho que não vai a lugar nenhum". Foi difícil do ponto de vista espiritual, profissional, pessoal e até ético. Dissemos: "Não, bem, não podemos desanimar. Tem que insistir, tem que persistir", e foi assim que fizemos da primeira vez. E a segunda foi ainda mais dura, mais complexa, encheu-nos de desilusões, ficámos todos de cabeça baixa.

**LD:** Que difícil tudo isso! Já estamos na última questão, penso: Atualmente, como a SUEJE atua na gestão da Paisagem Cultural Cafeeira? Existe alguma colaboração direta com o Comitê Gestor Técnico ou algum acompanhamento mais específico?

**OA:** Bem, nós como SUEJE participamos das reuniões do Comitê Técnico Regional pelo menos uma vez ao ano. Isso não é tão frequente quanto se gostaria e também que o Comitê Técnico Regional carece

de recursos, pelo que já expliquei. Também participamos, aqui em Risaralda como universidades nos Comitês Técnicos Distritais e no Comitê Técnico Municipal. Neste caso, por exemplo, no município de Pereira, a SUEJE participa. Acho que Fabio deveria ter explicado a vocês sobre o Observatório do Patrimônio da Paisagem, que é outra entidade que criamos à medida que a iniciativa Paisagem Cultural do Café avançava e que é coordenado pela Universidade Nacional de Manizales, porque eles são uma Cátedra UNESCO aqui na Colômbia. Então, embaixo daquele ponto, está coordenado aquele observatório, que também não tem recursos. Então, temos boas intenções, mas não temos capacidade real para desenvolver pesquisas importantes ou apoiar projetos para os municípios. E nós da SUEJE também tomamos a nossa iniciativa e temos oferecido processos de formação aos atores da Paisagem. Assim, já temos várias experiências de ofertas acadêmicas de interesse para este tema que se expressam por meio de cursos de graduação.